

Estudo Técnico Preliminar 14/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08410.004541/2023-91

2. Introdução

1.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo atender ao disposto na IN 40/2020-MPDG, "dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao Anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação", de forma a viabilizar a contratação necessária de obras de engenharia para construção da nova sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí - SR/PF/PI, em terreno localizado na confluência das Av. Ulisses Marques e Av. Presidente Kennedy, Teresina/PI.

1.2. Na lei nº 14.133/2021, o inciso XI, § 1º do art. 18 faz menção ao ETP como documento que deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

1.2.1. descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

1.2.2. demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

1.2.3. requisitos da contratação;

1.2.4. estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

1.2.5. levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

1.2.6. estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

1.2.7. descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

1.2.8. justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

1.2.9. demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

1.2.10. providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

1.2.11. contratações correlatas e/ou interdependentes;

1.2.12. descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

1.2.13. posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

1.3. Principais normativos aplicados à contratação:

- 1.3.1. As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- 1.3.2. Códigos tributários dos municípios onde serão realizados os serviços.
- 1.3.3. Código Municipal de Obras e Edificações de Teresina/PI;
- 1.3.4. Lei nº 14.133/2021 e suas alterações;
- 1.3.5. Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- 1.3.6. Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- 1.3.7. Instrução Normativa Nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 1.4. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de obra de engenharia, conforme definido no inciso XII do Art. 6º da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, visto que se trata de atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/PI	JOSÉ DE FRANÇA FILHO

3. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade de contratação é dividida em três aspectos: funcional, técnico e normativo.

2.1.1. Aspecto Funcional - Necessidade de adequado funcionamento dos sistemas da Polícia Federal, como um meio para que esta atinja os seus propósitos fins:

2.1.1.1. O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem à sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.

2.1.1.2. Segundo o art. 144, caput, CF, “A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - Polícia Federal; II - Polícia Rodoviária Federal; III - Polícia Ferroviária Federal; IV - Polícias Cíveis; V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros militares”. VI - Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital.

2.1.1.3. A Polícia Federal merece especial atenção, pois, diferente das outras forças policiais, ela exerce com exclusividade o papel de Polícia Judiciária da União, elevando sua responsabilidade como agente central da democracia.

2.1.1.4. A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.

2.1.1.5. A necessidade de contratação pelo Poder Público surge por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD), o qual servirá de base ao Plano de Contratação Anual (PCA).

2.1.1.6. No caso em tela, a necessidade de contratação tem como base o Documento de Formalização de Demanda nº 32259178 /2023 - GTED/SR/PF/PI.

2.1.2. Aspecto Técnico – A contratação visa atender aos requisitos tecnológicos do órgão.

2.1.2.1. A Polícia Federal utiliza diversos sistemas e equipamentos que apresentam elevada complexidade e que, desta forma, exigem conhecimentos técnicos especializados de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Esses sistemas, além do material

humano, carecem de instalações que proporcionem segurança e estabilidade para manutenção do padrão operacional em nível nacional.

2.1.2.2. É imprescindível a preservação e conservação das características de funcionamento, segurança, conforto ambiental e higiene, necessários para a continuidade das atividades do órgão.

2.1.2.3. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente em instalações precárias e inadequadas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo órgão, mau funcionamento do sistema, ineficiência energética, além de possíveis acidentes.

2.1.2.4. Além da constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, com maior frequência em instalações inadequadas. Ademais, a ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de constante atualização dos sistemas citados, de forma a atender à demanda do ambiente de trabalho.

2.1.2.5. Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a prestação do serviço a partir de terceiros, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, instalações, sistemas e equipamentos, conforme apregoa o Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa n.º 40/2020-MPOG.

2.1.3. Aspecto Normativo - Necessidade da contratação para atender a normas e legislações existentes, as quais podemos destacar: 2.1.3.1. NBR 11706/2004: norma técnica que define padrões para vidros na construção civil;

2.1.3.2. NBR 13531/1995: trata sobre a elaboração de projetos de edificações;

2.1.3.3. NBR 14037/1998: diz respeito à operação, uso e manutenção de edificações;

2.1.3.4. NBR 13867/1997: revestimento interno de paredes e tetos com pasta de gesso;

2.1.3.5. NBR 15965-3/2014: define o sistema de classificação da informação da construção e processos da construção;

2.1.3.6. NBR 16280/2015: apresenta regras e condições para reformas em edificações;

2.1.3.7. NBR 16337/2014: fornece princípios e diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos em projetos;

2.1.3.8. NBR 16366/2015: discorre sobre a qualificação e perfil de profissionais telhadistas para a construção civil;

2.1.3.9. NBR 5354/1977: estipula condições para instalações elétricas prediais;

2.1.3.10. NBR 5626/1988: hidráulica e instalações prediais de água fria;

2.1.3.11. NBR 5688/1999: também relacionada à hidráulica, esta NBR versa sobre o sistema predial de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação;

2.1.3.12. NBR 6118/2014: refere-se aos projetos de estruturas de concreto;

2.1.3.13. NBR 6122/1996: projeto e execução de fundações;

2.1.3.14. NBR 6135/1992: relacionada à segurança, esta NBR trata de chuveiros automáticos para a extinção de incêndios;

2.1.3.15. NBR 7678/1983: oferece orientações para garantir a segurança dos trabalhadores em obras;

2.1.3.16. NBR 8953/2015: estabelece a classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência de concreto para fins estruturais; 2.1.3.17. NBR 9077/2001: fornece orientações para saídas de emergência em edificações; 2.1.3.18. NBR 9050/2004: acessibilidade de edificações, mobiliários, equipamentos e espaços urbanos.

2.2. Diante da situação, faz-se necessária a disponibilização de imóvel para a acomodação adequada do efetivo e dos bens móveis, bem como para a comportar as unidades da Superintendência.

2.3. A ideia de se projetar uma nova sede para a SR/PF/PI em terreno da União, com área aproximada de 7 ha em região estratégica do município de Teresina/PI, atende aos reclamos de economicidade, de valorização dos bens da União, de motivação dos recursos humanos e, principalmente, de segurança dos ativos postos a serviço da sociedade por meio da Polícia Federal, de modo a unificar os serviços em um único local, com ganhos para o efetivo e para o público atendido.

2.4. Plano Anual de Obras - PLANOB 2.4.1. A demanda está prevista no Plano Nacional de Obras - PLANOB de 2023 e PLANOB 2024.

2.5. Registra-se que já houve a contratação de pessoa jurídica para elaborar os projetos básico e executivo em plataforma BIM (Building Information Modelling), em atinência ao Decreto nº 9983/2019, de 22 de agosto de 2019, e, principalmente, aos seguintes benefícios: melhor qualidade geral do projeto; melhor integração entre as etapas, reduzindo os conflitos durante a construção; aproveitamento de elementos de projetos semelhantes anteriores, gerando consolidação de experiências e aprimoramento dos trabalhos; identificação e detalhamento dos elementos que compõem a obra; otimização na alteração dos projetos; melhor exatidão na quantificação dos insumos, e por conseguinte, melhor precisão no custo da obra, reduzindo a possibilidade de aditivos; facilitação da manutenção predial; dentre outros.

2.6. Por fim, a contratação de empresa para construção da nova sede da SR/PF/PI se coaduna com os objetivos e ações estratégicos, quais sejam: Otimizar os Serviços ao Usuário/Cidadão, Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos, Fomentar Ações em Benefício da Cidadania, Otimizar a Gestão das Obras e da Infraestrutura e Padronizar a Gestão de Compras e Contratações, preconizados na Resolução nº 06 CGPF/PF, de 10 de outubro de 2022, publicado no BS 193/2022, que aprova o Mapa Estratégico da Polícia Federal 2022/2023 e o Plano Estratégico da Polícia Federal para o período de 2022 a 2024.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Contratação de empresa especializada em engenharia, com qualificação técnica adequada, para construção da nova sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí – SR/PF/PI, em terreno localizado na confluência das Av. Ulisses Marques e Av. Presidente Kennedy, Teresina/PI, conforme condições previstas no termo de referência, projeto básico e anexos.

4.2. Natureza da Contratação:

4.2.1. Trata-se de execução de obra de nova sede da SR/PF/PI, em Teresina/PI, a ser contratada mediante licitação, na modalidade Concorrência, tipo menor preço e em regime de empreitada por preço unitário. O objeto da contratação é classificado como obra, conforme definido no inciso XII do Art. 6º da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021. O Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU traz excerto do Parecer nº 075/2010/DECOR/CGU/AGU, que visa diferenciar obra de engenharia de serviço de engenharia: “a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á diante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão; b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á diante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão”.

4.2.2. Portanto, quando o objeto de licitação se trata de obra, a modalidade pregão é vedada, com base no inciso I, do art. 4º, do Decreto 10.024/2019, e no art. 5º, do Decreto 3.555/2000.

4.2.3. Quanto ao regime de empreitada, tem-se a empreitada por preço unitário o regime mais garantidor do princípio de economicidade e melhor trato com os recursos financeiros que serão empregados.

4.2.4. Pela natureza do objeto desta Contratação, o serviço é classificado como não contínuo, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

4.3. Duração Inicial do Contrato:

4.3.1. O prazo de execução será de 36 (trinta e seis) meses, conforme cronograma físico-financeiro anexo ao processo.

4.3.2. O prazo de vigência do contrato será de 48 (quarenta e oito) meses, estimado em função do tempo de duração da obra, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

4.3.3 A vigência plurianual de 48 meses, justifica-se pelo próprio lapso temporal da obra e por vantagens econômicas e processuais, com menor dispêndio em mão-de-obra quando das prorrogações em trabalhos repetitivos e trâmites processuais longos que empregam muito tempo da pouco mão-de-obra disponível da instituição.

4.4. Aspectos a Serem Observados

4.4.1. Técnicos

4.4.1.1. A empresa contratada deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional e comprovar a sua capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, calcada em um quadro permanente com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei 14.133/21:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação; II -

Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.4.1.2. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

4.4.1.3. Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

4.4.1.4. Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

4.4.1.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.4.1.6. Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

4.4.1.7. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.4.1.8. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do caput deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

4.4.1.9. Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do caput deste artigo.

4.4.1.10. O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

4.4.1.11. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

4.4.1.12. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

4.4.1.13. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

4.4.1.14. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

4.4.1.15. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

4.4.1.16. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra, bem como todas as prescrições estabelecidas nas normas federais, do Estado do Piauí e do município de Teresina, normativos e padrões das concessionárias de serviços públicos de energia, água e telefonia.

4.4.1.17. A execução do projeto pela contratada deve atender estritamente às determinações e especificações técnicas constantes do Projeto Executivo e demais projetos complementares, observando as plantas, detalhes e quaisquer outras informações disponibilizadas

4.4.2. Gerais:

4.4.2.1. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato. No tocante às relações de trabalho, deverá ser observado com especial atenção a adoção de: Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR nº 6; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), com o objetivo da prevenção de acidentes e de doenças decorrentes do trabalho, conforme NR nº 5;

4.4.2.2. Registra-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4.2.3. A contratada poderá subcontratar empresa especializada para execução de partes da obra, desde que admitida no edital e no contrato pela Administração até um certo limite estabelecido.

4.4.3. Econômico-Financeiros:

4.4.3.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

III - A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

IV - É vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade;

V - É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados;

VI - A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

VII - É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação;

VIII - Os documentos acima referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.4.3.2. A documentação citada poderá ser apresentada:

I - Em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - Substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei.

4.4.4. Práticas de Sustentabilidade e Acessibilidade:

4.4.4.1. A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

4.4.4.2. A fim de contemplar a agenda ambiental e fomentar o desenvolvimento sustentável na Administração Federal, instituiu-se o Decreto nº 7.746, de 5 de Junho de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

4.4.4.3. Posteriormente, foi editada a Instrução Normativa nº 10/2012 pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) estabeleceu regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Decreto nº 7.746/2012.

4.4.4.4. Neste contexto, de acordo com o capítulo II da SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, as especificações e demais exigências do Projeto Básico ou Executivo, para contratação de serviços e obras de engenharia devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

4.4.4.5. Nos instrumentos convocatórios, a fim de implementar práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços, a Administração deverá exigir os seguintes critérios:

I - Triagem e destinação ambientalmente adequadas dos resíduos da construção civil originários da contratação, conforme Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002;

II - Disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

III - Modelos dos bens fornecidos, classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição, de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2014;

IV - Comprovação de origem das madeiras (DOF e/ou GF, e nota fiscal) quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços.

4.4.4.6. Ainda, a execução da obra, conforme o Projeto Executivo, considerará a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

I - uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes onde for indispensável;

II - automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III - Setorização da iluminação de mesmo ambiente, através de interruptores que permitem uso localizado e aproveitamento da luz natural;

IV - uso exclusivo de lâmpadas LED de alto rendimento e de luminárias eficientes;

V - implementação de painéis fotovoltaicos para captação de energia solar;

VI - sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VII - sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VIII - aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

IX - utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

X - Uso de tintas ecológicas para não agredir o meio ambiente;

XI - Utilizar madeiras certificadas extraídas de áreas de reflorestamento;

XII - comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;

XIII - priorização no emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

XIV - utilização de matérias-primas da construção civil (areia e brita) provenientes de áreas devidamente licenciadas junto aos órgãos competentes - rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem/serviço que será adquirido pela Administração Pública, ainda que seja o licitante exigindo a comprovação de origem do fabricante do produto/prestador de serviço;

XV - reutilização ou redimensionamento de material já existente ou proveniente do desfazimento; e

XVI - utilização de agregados reciclados que compõem os materiais, máquinas ou equipamentos que vieram a ser adquiridos.

4.4.4.7. Além da temática ambiental, a política de contratações sustentáveis também contempla a implementação de acessibilidade às instalações abertas ao público, em consonância com os artigos 3º - Princípios Gerais (alínea “f”) e art. 9º - Acessibilidade, do Decreto nº 6.949/2009, com a lei nº 10.098/2000 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (lei nº 13.146/2015). Para tanto, a contratada para a execução da obra deverá estar atenta aos requisitos de acessibilidade, atendendo a NBR 9050/2004 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

4.4.4.8. Os principais parâmetros técnicos a serem observados quando da elaboração do projeto e da execução da construção são:

I - Rampa e banheiro para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão;

III - Piso podotátil e direcional;

IV - Guarda-corpo e corrimão (acessível) em rampas e escadas;

V - Estacionamento com vagas destinadas a idoso, gestante, portador de deficiência e autistas;

VI - Entrada alternativa quando houver catraca ou porta giratória que não seja acessível.

4.4.4.9. Assim, a empresa contratada deverá valer-se ainda das seguintes normas e diretrizes: Normas ABNT para sustentabilidade:

- a) ABNT ISO/TR 14062:2004;
- b) ABNT NBR 16001:2012;
- c) ABNT NBR ISO 10014:2008;
- d) ABNT NBR ISO 14001:2015;
- e) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014;
- f) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014;
- g) ABNT NBR ISO 26000:2010;
- h) ABNT NBR ISO 31000:2009;
- i) ABNT NBR ISO 50001:2011;
- j) ABNT NBR ISO 9001:2015;
- k) ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2010;

Legislação Ambiental e correlatas:

- Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;

- Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima;

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;

-Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;

-Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funciona;

-Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;

-Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;

-Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;

-Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;

4.4.5. Transição Contratual:

4.4.5.1. Não se aplica ao contexto desta contratação.

4.4.6. Relevância dos requisitos estipulados:

4.4.6.1. A solução de serviços cuja contratação se pretende não possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de obra de engenharia, inciso XII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021). Portanto, a seleção da empresa que prestará o serviço à Polícia Federal não poderá ocorrer por meio de Pregão Eletrônico (PE).

4.4.6.2. O Decreto nº 10.024/2019, determina que o pregão eletrônico se tornou a modalidade de adoção obrigatória no âmbito da União. Não apenas para todos os órgãos da Administração Federal Direta e Indireta, mas também para os demais órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, quando o objeto for considerado comum.

4.4.6.3. Nesse sentido, quando não for possível a adoção do pregão eletrônico, deve ser realizado o pregão presencial, mas isso apenas mediante justificativa de inviabilidade da utilização do eletrônico.

4.4.6.4. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para a construção de uma edificação totalmente nova, se enquadrando, portanto, no conceito de obra de engenharia, conforme já exposto anteriormente. Logo, a modalidade pregão eletrônico não poderá ser utilizada.

4.4.6.5. Ainda nessa linha de raciocínio, e considerando que o custo total estimado para a execução do objeto desta licitação é de R\$ 71.918.010,75 (setenta e um milhões, novecentos e dezoito mil, dez reais e setenta e cinco centavos), conforme item 8 deste documento, e, considerando os valores para licitações estipulados no Decreto nº 9.412/2018, conclui-se que a modalidade a ser adotada para a presente licitação é a Concorrência.

6. Levantamento de Mercado

5.1. O mercado imobiliário local de Teresina tem uma natureza semelhante às demais cidades de médio a grande porte do Brasil, com ofertas de imóveis para locação e compra. Porém, apresenta diferenças no que se refere à disponibilidade de imóveis para certos usos, tais como a implantação de centros logísticos ou a instalação de instituições públicas de grande porte.

5.2. A alocação do efetivo da Superintendência e dos seus bens, além das suas unidades/setores, requer uma área ampla com algumas especificidades, de preferência em um local afastado de área residencial e comercial, em função da peculiaridade das atividades inerentes ao órgão.

5.3. Atualmente, os imóveis disponíveis para aluguel e compra são inapropriados, ora por não possuírem arranjo espacial adequado, ora por más condições de conservação do imóvel. Como resultado das prospecções, não foram encontrados imóveis para alugar que atendam às necessidades, às demandas e às restrições necessárias desta Superintendência em termos de segurança orgânica, logística operacional e layout de projeto requerido por cada setor. Esse último é o fator mais crítico, pois a maioria dos imóveis disponíveis compartilham de sua área ou é muito próximo do meio comercial, não havendo integridade e restrição de todo o perímetro que é essencial para a Polícia Federal.

5.4. É importante salientar que em um cenário de possível localização de imóvel com espaço e localização adequados, tornar-se-ia necessário fazer adequações, onerando o erário, pois a maioria segue um padrão de escritório simples ou corporativo, sem atender a demanda dos setores da área operacional da Polícia Federal, tais como: central de flagrantes; depósito de materiais apreendidos (materiais e veículos apreendidos, entorpecentes, etc), laboratórios diversos, oficina, área técnica, estande de tiro, academia, canil.

5.5. Por outro lado, após inviabilizadas as opções de cessão, aluguel e compra, existe a alternativa de construção de uma nova sede, em área já entregue à SR/PF/PI pela SPU, conforme Processos nº 08410.002455/2020-00 e nº 08410.004275/2020-54, publicação no Diário Oficial da União, seção 3, de 15 de outubro de 2020 e Termo de Entrega de Imóvel, documentos anexados ao processo.

5.6. A construção é a opção que melhor se enquadra ao cenário descrito, bem como é a que melhor atende as necessidades da SR /PF/PI, em razão de proporcionar um layout de projeto requerido por cada setor, suprimindo as especificidades de cada ambiente. No tocante à localização, o acesso pode ser feito via transporte público. Quanto ao espaço, há área suficiente para abrigar as unidades desta Superintendência e outras que se pretendem instalar, e os veículos dos servidores e do público externo.

5.7. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a construção de nova sede mediante a contratação de empresa prestadora de serviço de engenharia e arquitetura. A solução viável para contratação do serviço é por meio da modalidade licitatória Concorrência, tipo Menor Preço e pelo Regime de Empreitada Global, visto ser a usual de mercado, já tendo sido realizadas contratações similares pela própria Polícia Federal e por inúmeros outros órgãos, reforçando a concepção de que a metodologia é a que melhor atende às necessidades da Administração.

5.8. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

5.9. Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

5.10. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

5.11. O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

5.12. Com base no exposto, vale destacar algumas modalidades de contrato:

5.12.1. Design-Bid-Build (DBB):

5.12.1.1. De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o start-up e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação.

5.12.1.2. O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e Projeto Básico; segue-se o Projeto Executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto.

5.12.1.3. É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, cujo vencedor é aquele de menor preço.

5.12.1.4. As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.

5.12.2. Design-Build (DB):

5.12.2.1. Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB.

5.12.2.2. Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção.

5.12.2.3. Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações.

5.12.2.4. Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.

5.12.3. Engineer-at-Risk (EAR):

5.12.3.1. A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, no qual o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR.

5.12.3.2. As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

5.12.4. Design-Build-Operate (DBO)

5.12.4.1. Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo.

5.12.4.2. O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento.

5.12.4.3. A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto.

5.12.4.4. As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

5.12.5. Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)

5.12.5.1. Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida.

5.12.5.2. O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo "take-or-pay", ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT.

5.12.5.3. As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

5.12.6. Engineering, Procurement, Construction (EPC)

5.12.6.1. Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada).

5.12.6.2. Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global).

5.12.6.3. Segundo Wade (2005), para a Fédération International e des Ingénieurs Conseils (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características: a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada; o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta; a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (turnkey); o contrato é do tipo preço global.

5.12.6.4. Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto.

5.12.6.5. Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações: 1. apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante; 2. as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

5.12.6.6. Em razão de se tratar de uma obra nova onde os projetos executivos foram elaborados por empresa contratada, optou-se pela contratação da construção da obra como forma de tornar o processo mais ágil e vantajoso a administração. Portanto, a modalidade que se aplica nesta licitação é Engineer-at-Risk (EAR).

5.12.6.7. A solução, portanto, é a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura para execução da obra com base nos projetos executivos já elaborados em etapa anterior por empresa contratada para tal finalidade.

7. Descrição da solução como um todo

6.1. Consiste na contratação de empresa jurídica de direito privado, atuante na área de engenharia ou arquitetura, para execução da obra de engenharia da nova sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí, sem dedicação exclusiva de mão de obra, necessária à alocação adequada de servidores/colaboradores, bens e setores, e à recepção do público externo.

6.2. Em virtude deste órgão não dispor, em seu quadro de servidores, de corpo técnico especializado na execução de obra de edificação pública, será necessário fazer uma licitação específica para contratar empresa para executar a obra projetada, haja vista os princípios da eficiência e economicidade, especialmente quanto ao orçamento disponível para atendimento da demanda.

6.3. A solução escolhida pela Administração, por ser a mais viável técnica e economicamente, foi a contratação no Regime de Empreitada por Preço Unitário, por ser o regime mais garantidor do princípio da economicidade e melhor trato com os recursos financeiros que serão empregados.

6.4. Trata-se de regime de Contratação Indireta, na qual a Administração transfere a execução do objeto a terceira pessoa, cabendo à Contratante a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo ao Contratado a responsabilidade dos encargos civis,

trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento, permanecendo com a Administração, a responsabilidade subsidiária em relação aos créditos de natureza previdenciária não adimplidos pela Contratada.

6.5. Como requisito necessário para o atendimento da necessidade, na execução dos serviços previstos na obra, a Contratada deverá dispor de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a correta e completa execução do objeto.

6.6. A descrição detalhada da solução, com as especificações técnicas e demais informações, está prevista no Projeto Básico, Projeto Executivo e respectivos anexos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades de serviços a serem contratados foram levantados com base em projetos executivos elaborados por profissionais de empresa contratada para este fim utilizado metodologia BIM.

7.2. As informações relativas às áreas e aos quantitativos da edificação da nova sede da SR/PF/PI tiveram como base o Plano de Necessidades (16304339).

7.3. Com base na planilha orçamentária, temos a relação prevista das quantidades de serviços que serão executados.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 71.918.010,75

8.1. Com base nos quantitativos, foi elaborada a planilha orçamentária estimativa de custos da obra, conforme resumo abaixo:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - NOVA SEDE DA SR/PF/PI				
Item	Descrição		Total	TOTAL
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	% Executado		6,92%
		Financeiro (R\$)	R\$ 4.977.154,52	R\$ 4.977.154,52
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	% Executado		5,19%
		Financeiro (R\$)	R\$ 3.734.878,59	R\$ 3.734.878,59
3	IMPLANTAÇÃO/URBANIZAÇÃO/PAISAGISMO	% Executado		22,48%
		Financeiro (R\$)	R\$ 16.164.491,16	R\$ 16.164.491,16
4	INFRAESTRUTURA	% Executado		6,08%
		Financeiro (R\$)	R\$ 4.373.854,81	R\$ 4.373.854,81
5	SUPERESTRUTURA	% Executado		4,16%
		Financeiro (R\$)	R\$ 2.992.259,94	R\$ 2.992.259,94
6	PAREDES/DIVISÓRIAS/CAIXA DE ESCADA	% Executado		7,60%
		Financeiro (R\$)	R\$ 5.462.518,81	R\$ 5.462.518,81
7	COBERTURA	% Executado		2,65%
		Financeiro (R\$)	R\$ 1.905.566,97	R\$ 1.905.566,97
8	ESQUADRIAS	% Executado		6,60%
		Financeiro (R\$)	R\$ 4.745.352,65	R\$ 4.745.352,65
9	PISOS INTERNOS	% Executado		5,98%
		Financeiro (R\$)	R\$ 4.301.180,89	R\$ 4.301.180,89
10	REVESTIMENTO DE PAREDE/FACHADA	% Executado		6,62%
		Financeiro (R\$)	R\$	R\$

		(R\$)	4.761.707,70	4.761.707,70
11	FORRO	% Executado		1,34%
		Financeiro (R\$)	R\$ 962.247,35	R\$ 962.247,35
12	PINTURA	% Executado		0,72%
		Financeiro (R\$)	R\$ 521.318,87	R\$ 521.318,87
13	LOUÇAS, METAIS, ACESSÓRIOS E BANCADAS	% Executado		2,32%
		Financeiro (R\$)	R\$ 1.670.676,06	R\$ 1.670.676,06
14	COMUNICAÇÃO VISUAL	% Executado		0,44%
		Financeiro (R\$)	R\$ 315.518,43	R\$ 315.518,43
15	PPCIP/SDAI	% Executado		1,17%
		Financeiro (R\$)	R\$ 838.551,82	R\$ 838.551,82
16	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E PLUVIAIS	% Executado		1,16%
		Financeiro (R\$)	R\$ 831.838,21	R\$ 831.838,21
17	IMPERMEABILIZAÇÃO	% Executado		1,83%
		Financeiro (R\$)	R\$ 1.318.496,27	R\$ 1.318.496,27
18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	% Executado		2,77%
		Financeiro (R\$)	R\$ 1.992.337,12	R\$ 1.992.337,12
19	SPDA/LÓGICA/CFTV/CONTROLE DE ACESSO/INSTALAÇÕES ESPECIAIS	% Executado		2,10%
		Financeiro (R\$)	R\$ 1.509.969,74	R\$ 1.509.969,74
20	CLIMATIZAÇÃO E EXAUSTÃO	% Executado		11,73%
		Financeiro (R\$)	R\$ 8.434.253,73	R\$ 8.434.253,73
21	FINALIZAÇÃO DE OBRA	% Executado		0,14%
		Financeiro (R\$)	R\$ 103.837,13	R\$ 103.837,13
PERCENTUAL POR ETAPA				R\$ 71.918.010,75
PERCENTUAL ACUMULADO				
TOTAL R\$			R\$	
TOTAL ACUMULADO R\$			71.918.010,75	

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento do objeto desta contratação representa perda de economia de escala, tendo em vista que os serviços são correlatos e dependentes. Os serviços previstos na execução da totalidade da obra devem ser executados em sequências lógicas, tendo em vista que um influencia no outro. Caso, por exemplo, se contrate a execução das fundações separada da estrutura e aquela não for concluída, haverá impacto direto na execução da segunda, gerando, deste modo, prejuízo na execução da obra ou até mesmo a sua impossibilidade.

9.2. Além da questão da unicidade do objeto em razão do seu proveito funcional, o parcelamento pode resultar em dificuldade em se atribuir futuras responsabilidades por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura

9.3. Outrossim, os serviços pretendidos fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas especializadas, não implicando em restrição de competitividade.

9.4. Ainda nesse pensamento, seguem algumas justificativas para o não parcelamento do objeto (solução), destacando-se: 9.4.1. É lícito o agrupamento de itens a serem contratados por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si (Acórdão TCU nº 5.260/2011 – 1ª Câmara);

9.4.2. É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão TCU nº 5.301/2013 – 2ª Câmara);

9.4.3. É favorável o agrupamento em lotes com itens de mesmas características, para fins de licitação, como forma de conferir maior competitividade ao certame (Decisão TCU nº 393/1994 – Plenário e Acórdão TCU nº 808/2003 – Plenário);

9.4.4. O elevado número de procedimentos para seleção poderia tornar bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Dessa forma, para o caso concreto, a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica. (Acórdão TCU nº 5.310/2013 – Segunda Câmara);

9.4.5. Ainda, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, e que "a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto" (Acórdão TCU nº 732/2008);

9.4.6. Segundo Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, este informa que "a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão".

9.4.7. O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que: "Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".

9.4.8. Leciona, ainda, o Professor Jacoby que "a unicidade do objeto pode ser a sistemática mais adequada, pois mão de obra, materiais e equipamentos se licitados no processo tradicional, podem acarretar um possível descompasso entre os processos licitatórios, acarretando a solução de continuidade dos serviços e aumento do custo da gestão de diversos contratos, trazendo prejuízos à Administração e aos usuários". Além disso, "pela modalidade de solução integrada todos os investimentos são custeados pela empresa CONTRATADA, numa espécie de parceria público-privada na qual o investidor abarca o caráter empreendedor para prestar os serviços, liberando os servidores para o exercício das suas atividades fins".

9.4.9. Por fim, o ilustre mestre ainda discorre no mesmo Parecer mais algumas vantagens, tais como: a redução dos custos administrativos com várias licitações e dos custos gerenciais de vários contratos, maior possibilidade de negociação de preços com o pacote serviços + equipamentos, com a diminuição do valor estimado da licitação e taxa de administração, a eficiência dos equipamentos; a garantia da padronização dos serviços e o gerenciamento da logística de forma centralizada.

9.5. Resumidamente, pelo exposto, o parcelamento do objeto desta licitação mostra-se inviável tanto na área técnica quanto na econômica.

9.6. Entende-se que a contratação conjunta do serviço é a que melhor atende aos interesses da Administração, visando a um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos do erário.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

10.2. A presente solução, porém, trata-se de uma etapa de construção, fazendo-se necessária, quando da sua conclusão, a contratação dos (as) seguintes serviços/aquisições:

- a) Mobiliários e/ou equipamentos não contemplados na obra de construção;
- b) Manutenção Predial preventiva, corretiva e preditiva e de áreas verdes;
- c) Complemento de Circuito Fechado de TV;
- d) Manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Refrigeração;
- e) Manutenção preventiva e corretiva de Elevadores;
- f) Manutenção preventiva e corretiva do Grupos Geradores;
- g) Manutenção preventiva e corretiva de Nobreaks;
- h) Aquisição de switches e equipamentos correlatos;
- i) Serviço de transporte de bens móveis (incluindo o fornecimento de materiais, mão-de-obra, seguro e equipamentos necessários à execução dos serviços); e
- j) Segurança orgânica.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação em questão está prevista e aprovada no Plano Anual de Obras para o ano de 2023 - PLANOB 2023 -, e para o ano de 2024 - PLANOB 2024 -, conforme Processos SEI 08200.008243/2023-46 e 08200.029324/2023-80, respectivamente, instituídos pela IN 011/2005-DG/DPF, de 02 de julho de 2005, que estabelece diretrizes para o diagnóstico, planejamento, aprovação anual e execução no ano subsequente de obras e serviços de engenharia, no âmbito da Polícia Federal, sendo peça fundamental para correta fruição do dinheiro público, sem a qual haveria incertezas quanto a utilização e destinação das verbas dispensadas à PF.

11.2. Além disso, a demanda está alinhada com os objetivos e ações estratégicos de otimizar os serviços ao usuário/cidadão e de otimizar a gestão das obras e da infraestrutura, conforme preconizados na Resolução nº 06 CGPF/PF, de 10 de outubro de 2022, publicado no BS 193/2022, que aprova o Mapa Estratégico da Polícia Federal 2022/2023 e o Plano Estratégico da Polícia Federal para o período de 2022 a 2023.

11.3. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O contrato a ser firmado visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no estado do Piauí.

12.2. Trata-se o presente de uma construção que, quando concluída, trará benefícios diretos e indiretos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos. Tal medida também propiciará a melhoria da qualidade das instalações físicas do Prédio da SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ, com o fito de proporcionar condições básicas adequadas de trabalho para os servidores - áreas administrativa e policial – e os colaboradores, bem como para o atendimento ao público.

12.3. A edificação atenderá a demanda da polícia federal em termos de infraestrutura e segurança, contemplando espaços para: depósitos com capacidade apropriada à guarda de bens apreendidos; estacionamentos em geral; auditório; refeitório; salas

(reunião, chefia e de ambiente coletivo); local para treinamento tático operacional; hall de atendimento e de prestação de serviços ao público, com sanitários acessíveis, mais amplos e confortáveis.

12.4. Nesse contexto, não resta dúvidas que a SR/PF/PI, ao final da construção, irá realizar suas atividades institucionais em estreito alinhamento com a visão institucional da Polícia Federal como sendo referência em Segurança Pública em âmbito nacional, preservando direitos e fortalecendo-se como órgão de Estado. Assim, a construção justifica-se para alcançar os aspectos de condições físicas e ambientais, apresentando melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

12.5. Resumidamente, alguns dos resultados pretendidos são os seguintes:

12.5.1. Construção totalmente adequada às normas de Acessibilidade e do Corpo de Bombeiros;

12.5.2. Melhoria na produtividade dos servidores tendo em vista uma estrutura que tenha os mínimos padrões de conforto e qualidade necessários;

12.5.3. Melhoria dos serviços oferecidos ao público (passaporte, estrangeiros, etc.) com espaços adequados e em conformidade com as exigências legais;

12.5.4. Espaço adequado para estacionamento de viaturas de modo a resguardar o patrimônio e sigilo no caso de viaturas veladas;

12.5.5. Oferecer uma estrutura completa com local apropriado para treinamento dos policiais;

12.5.6. Possibilitar a economia de energia com a utilização de equipamentos modernos que consomem menos energia;

12.5.7. As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisam ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo.

14. Providências a serem Adotadas

13.1. Cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos.

13.2. Por se tratar de construção de nova sede da SR/PF/PI, ao licitar a contratação de empresa para a execução da obra, e previamente à celebração do contrato, há necessidade de infraestrutura preexistente para acesso ao local (vias abertas) e aos insumos (energia e água) a serem utilizados na obra. Registra-se que tais providências já foram adotadas junto aos órgãos competentes.

13.3. Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:

13.3.1. Antes do início da obra, a administração deve definir os servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual, bem como deve capacitá-los a fim de ter um acompanhamento rigoroso e adequado das ações previstas nos projetos apresentados. O planejamento para cumprimento dessa etapa deve ser mediante a definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual.

13.3.2. Caso não seja possível realizar a capacitação de servidores lotados na unidade da SR/PF/SE para a fiscalização da execução dos serviços na unidade da PF em Sergipe, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.

13.4. Elaboração e anexação do Mapa de Riscos ao processo, cuja importância se deve ao fato de ser um documento que contém uma representação visual dos riscos aos quais os projetos estão sujeitos ao serem utilizados espaços, equipamentos, suprimentos e realizadas tarefas.

13.5. A administração deve ainda providenciar a aquisição de equipamentos e de mobiliários, e a contratação de prestadores de serviços necessários para o início de atividades na obra entregue.

15. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A construção civil é uma área que podem causar diversos impactos ambientais. Desde o consumo de recursos naturais para a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no consumo de energia elétrica, por exemplo.

14.2. Neste contexto, na elaboração dos projetos, os impactos ambientais serão mínimos ou até mesmo inexistente porém, na execução da obra, os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:

14.2.1. Geração de resíduos:

14.2.1.1. Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana) existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

14.2.1.2. A execução de uma obra de construção de edificação causa impactos negativos, sobretudo pela geração de resíduos sólidos, geralmente de abrangência local. O interesse na gestão de resíduos oriundos de obras tem se acirrado com a discussão de questões ambientais, já que desperdiçar materiais, seja na forma de resíduo (mais comumente denominado entulho de construção) ou sob outra natureza, significa desperdiçar recursos naturais, o que coloca a indústria da construção civil no centro das discussões na busca pelo desenvolvimento sustentável nas suas diversas dimensões (Souza et. al, 2004).

14.2.1.3. Em razão da preocupação sobre o descarte correto de resíduos sólidos gerados pela construção, houve o estabelecimento de diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão desses resíduos com o advento da Resolução CONAMA nº 307/2002.

14.2.1.4. O art. 10 da supracitada Resolução prevê que os geradores (empreendimentos que gerem os resíduos) devem providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, após a triagem, das seguintes formas:

I - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

II - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.2.1.5. Ainda de acordo com a Resolução em comento, a empresa contratada não poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei. Ademais também fica proibida a disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas.

14.2.1.6. A questão dos resíduos sólidos em obras também é abordada na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) ao buscar compatibilizar a logística sustentável na administração pública com a gestão dos resíduos sólidos, por meio das aquisições e contratações governamentais.

14.2.1.7. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

14.2.2. Ruídos (poluição sonora):

14.2.2.1. Em um canteiro de obras, também deve ser avaliada a poluição sonora decorrente de ruídos gerados pelos equipamentos (compressores, bate-estacas, etc.), máquinas e veículos. Áreas habitadas no entorno da obra podem ser afetadas quando a emissão de ruídos ultrapassar os níveis (65 dB) considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151:2019 - Avaliação do Ruído.

14.2.2.2. Segundo Barros (2016), o desconforto proveniente dessas novas construções geralmente se localiza em regiões diagnosticadas como tranquilas, como áreas residenciais; portanto, o ruído gerado é muito perceptível pelos residentes. Ainda de acordo com a autora do estudo, o procedimento de redução do ruído do canteiro de obras deve ser feito na fase de projeto. Para fins de avaliação sonora ambiental de empreendimentos e a fim de minimizar os impactos decorrentes dos ruídos das obras, faz-se necessário o monitoramento por meio de medições realizadas obrigatoriamente em áreas habitadas vizinhas ao empreendimento, adotando a Norma NBR-10.151:2019.

14.2.2.3. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras, mas não se resumem a elas. Durante a utilização da edificação haverá ocasiões onde serão acionados sirenes das viaturas o que poderá ocasionar poluição sonora temporária.

14.2.2.4. É importante observar o Plano Diretor da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

14.2.3. Poluição do ar:

14.2.3.1. Além da geração de resíduos sólidos e de ruídos indesejáveis à circunvizinhança, é esperada o impacto negativo de poluição do ar, caracterizada pela presença de partículas sólidas em suspensão no ar (poeira). A questão é regulada pela resolução CONAMA nº 491 de 19 de novembro de 2018 ao padronizar os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos, e ao classificá-los de acordo com valores temporários a serem cumpridos em etapas.

14.2.3.2. O monitoramento pode ser feito por meio de amostrador de partículas que fornece as concentrações das partículas em suspensão. A adoção de algumas medidas, como umidificar o material ou o solo e cercar a obra ou pontos de emissão, pode mitigar os impactos relativos à emissão de material particulado.

14.2.4. Desperdício de água:

14.2.4.1. Em grandes obras de engenharia, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.

14.2.4.2. Dito isso, é importante que seja elaborado um plano com diretrizes de forma a usar esse recurso de forma otimizada com o objetivo de evitar o desperdício e ajudar o meio ambiente.

14.2.5. Poluição do solo

14.2.5.1. Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada.

14.2.5.2. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

14.3. Na busca de mudança de paradigma na prática da sustentabilidade, visando à eliminação ou à mitigação dos impactos negativos decorrentes de atividades de toda a cadeia da construção civil (insumos utilizados na obra e a execução da obra), a contratada deverá observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e a IN n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.

14.4. Portanto, a inserção de critérios de sustentabilidade socioambiental na obra demandada deve estar presente desde os projetos básico e executivo até o acompanhamento da execução contratual, incluindo-se em todas as etapas aspectos técnico-arquitetônicos e legais que a tornem um empreendimento sustentável do ponto de vista cultural, socioeconômico e ambiental.

16. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMA

15. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas no presente Estudo Preliminar **ESTÃO DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como de caráter sigiloso.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE DE FRANCA FILHO

Membro da comissão de contratação

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020, e em observância ao modelo de ETP disponível no sítio compras.gov.br, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

16.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

16.3. Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

15.4. Diante do exposto, nos termos do Art. 9º, XIII, da IN 58/2022 SEGES, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a solução proposta para o adequado atendimento da necessidade da instituição**, devido a sua imprescindibilidade para um bom resultado e desempenho das atividades deste órgão no Piauí, que trará: condições adequadas de trabalho e atendimento, resultando em manutenção da saúde e bem-estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, respectivamente; e a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades no combate aos crimes e nos serviços oferecidos..